

Luis Fernando Barzotto

Filosofia do Direito

**OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS
E A TRADIÇÃO JUSNATURALISTA**



livraria//
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2010

B296f Barzotto, Luis Fernando

Filosofia do direito: os conceitos fundamentais e a tradição jusnaturalista /
Luis Fernando Barzotto. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

183 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-7348-660-5

I. Filosofia do direito. I. Título.

CDU 340.12

Índice para catálogo sistemático:

Filosofia do direito 340.12

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto, CRB-10/652)

Sumário

Apresentação	17
Capítulo I – Dignidade da Pessoa Humana	19
1. A pessoa humana	20
1.1. A pessoa, ser em si	21
1.2. A pessoa, ser com outrem	24
1.3. A pessoa, ser para si	26
2. O reconhecimento	28
2.1. Reconhecimento e dignidade	28
2.2. Reconhecimento e epistemologia: a pessoa como mistério	29
2.3. Reconhecimento e ética: a pessoa como absoluto	33
2.4. Reconhecimento e ontologia: a pessoa como sagrado	37
2.5. Reconhecimento e fé	39
3. Conclusão	41
Capítulo II – Direitos Humanos	43
1. A constatação: a inadequação da dogmática jurídica na tematização dos direitos humanos	43
2. A tese: a adequação da ética tomista na tematização dos direitos humanos	45
3. O método: a análise estrutural dos direitos humanos	48
4. O titular do direito dos direitos humanos: a pessoa humana	48
4.1. O idealismo e os direitos humanos	49
4.2. O empirismo e os direitos humanos	50
4.3. O realismo e os direitos humanos	50
5. O titular do dever dos direitos humanos: o co-humano	53
5.1. O vizinho como sujeito de dever na ética particularista da fraternidade	54
5.2. O próximo como sujeito de dever na ética universalista da fraternidade do cristianismo	56
5.3. O co-humano como sujeito de dever em Tomás de Aquino e os direitos humanos	58
6. O objeto dos direitos humanos: o justo natural	61
6.1. O direito subjetivo como poder subjetivo	61
6.2. O direito subjetivo como justo subjetivo	64
6.3. O justo natural e os direitos humanos	68
7. O fundamento dos direitos humanos: a lei natural	71
8. Conclusão	78
Capítulo III – Justiça	81
1. A gênese do conceito de justiça social	81
1.1. A justiça geral na teoria da justiça de Aristóteles	82

1.2. A justiça legal na teoria da justiça de Tomás de Aquino	83
1.3. A justiça social no tomismo do século XIX: o impacto da sociedade democrática . . .	85
1.4. A justiça social na ética social cristã: aristotelismo e dignidade da pessoa humana . .	87
1.5. A justiça social na Constituição brasileira de 1988: ordem econômica e ordem social	89
2. A estrutura do conceito de justiça social	90
2.1. A relação regulada pela justiça social: o indivíduo e a comunidade	91
2.2. O bem da justiça social: o bem comum	92
2.3. A atividade própria da justiça social: o reconhecimento	92
2.4. A alteridade na justiça social: a pessoa humana	93
2.5. O dever na justiça social: a reciprocidade	95
2.6. A adequação na justiça social: a dignidade	96
2.7. Formulação	98
2.8. Fundamentação ética da justiça social: a humanidade como fim	99
3. A aplicação do conceito: justiça social e ação afirmativa	101
3.1. A tese da justiça compensatória/comutativa	102
3.2. A tese da justiça distributiva	104
3.3. A tese da justiça social: Bakke à luz da Constituição de 1988	106
4. Conclusão	110
Capítulo IV – Justiça e Amizade	113
1. Justiça e argumentação	113
2. A amizade e a determinação do sujeito de direito	114
3. A amizade e o devido a outrem: a reciprocidade	115
4. Conclusão	117
Capítulo V – Lei	119
1. Introdução	120
2. A estrutura lógica da lei: a lei como medida	122
2.1. Igualdade	123
2.2. Universalidade	127
2.3. Objetividade	130
3. A função política da lei: a lei como ordem	134
3.1. Legitimidade	136
3.2. Publicidade	139
3.3. Eficácia	143
4. O sentido ético da lei: a lei como aliança	145
4.1. A lei como aliança na Bíblia	147
4.2. Pessoa, amizade e lei	149
4.3. Amizade e regra de ouro no jusnaturalismo tomista	152
4.4. A regra de ouro como princípio da lei humana	154
5. Conclusão	155
Capítulo VI – Prudência	157
1. Introdução	157
2. Os precursores de Aristóteles	158
2.1. O conceito de <i>phronesis</i> na cultura grega	158
2.1.1. Homero	158
2.1.2. A religião delfica	159

2.1.3. A contribuição dos trágicos	160
2.2. O conceito de <i>phronesis</i> na filosofia grega	161
3. A teoria da prudência de Aristóteles	162
3.1. A ética aristotélica	162
3.2. O conceito de <i>phronesis</i>	164
4. A <i>jurisprudencia</i> romana	168
4.1. O pressuposto do direito: a experiência da ordem	168
4.2. Características do saber jurídico romano	170
4.2.1. Um saber realista	170
4.2.2. Um saber prático	170
4.2.3. Um saber ético	171
4.2.4. Um saber casuístico	173
4.2.5. Um saber tradicionalista	174
5. A <i>phronesis</i> aristotélica e a <i>jurisprudencia</i>	175
5.1. Realismo	175
5.2. Pragmatismo	176
5.3. Caráter ético	176
5.4. Casuísmo	176
5.5. Tradicionalismo	177
6. Conclusão	177
Bibliografia	179